



**PALÁCIO NOVE DE JULHO**  
AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, S/N - IBIRAPUERA - FONE 886-6122

# PODER LEGISLATIVO

## DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA — 12ª LEGISLATURA

Presidente: VITOR SAPIENZA

1º Secretário: ISRAEL ZEKER  
3º Secretário: VICENTE BOTTA

1º Vice-Presidente: ABELARDO CAMARINHA  
2º Vice-Presidente: RICARDO TRÍPOLI

2º Secretário: SYLVIO MARTINI  
4º Secretário: ANTENOR CHICARINO

### Resolução COMUNICADO

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, nos termos dos artigos 2.º e 3.º da VII Consolidação do Regimento Interno, comunica aos Senhores Deputados, eleitos em 3 de outubro de 1994, que deverão comparecer no dia 15 de março de 1995, às 15 horas, no Plenário Presidente Juscelino Kubitschek, do Palácio 9 de Julho, em Sessão Preparatória, para o compromisso de posse e eleição dos membros da Mesa da Assembléia Legislativa para o biênio 1995/1996. Comunica, ainda, que os Senhores Deputados deverão apresentar na Assessoria Técnica da Mesa, Sala 1.048, no horário das 13 às 20 horas, xerox do Diploma do Tribunal Regional Eleitoral e Declaração de Bens e Fontes de Renda e Passivos, conforme determina o inciso I do artigo 6.º do Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Assembléia Legislativa, em 7 de março de 1995.  
VITOR SAPIENZA — Presidente

### Resolução n.º 768, de 7 de Março de 1995

Altera o § 3.º do artigo 146 da Resolução n.º 576, de 26 de junho de 1970, com modificações posteriores.

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso da atribuição que lhe confere a alínea j do inciso II, do artigo 14 da VII Consolidação do Regimento Interno e nos termos do resolvido pelo Plenário, promulga a seguinte resolução:

Artigo 1.º — O § 3.º do artigo 146 da Resolução n.º 576, de 26 de junho de 1970, com modificações posteriores, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3.º — Os projetos de resolução destinam-se a regular, com eficácia da lei ordinária, matérias da competência exclusiva da Assembléia Legislativa, de caráter político, processual, legislativo ou administrativo, ou quando deva a Assembléia pronunciar-se em casos concretos, tais como:

1. Perda de mandato de Deputado.
2. Qualquer matéria de natureza regimental.
3. Todo e qualquer assunto de sua economia interna que não se compreenda nos limites de simples ato administrativo, a cujo respeito se proverá no Regulamento dos seus serviços.”

Artigo 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 7 de março de 1995.

- a) VITOR SAPIENZA, Presidente.  
a) Israel Zeker, 1.º Secretário.  
a) Sylvio Martini, 2.º Secretário.

## ORDEM DO DIA

### 8 de março de 1995 45ª Sessão Ordinária

#### PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

- 1 - Discussão e votação da Moção n.º 369, de 1993, apresentada pelo deputado Erasmo Dias, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser aplicada a defesa de espécies de pescado. Parecer n.º 674, de 1994, da Comissão de Defesa do Meio Ambiente, favorável, com emenda.
- 2 - Discussão e votação da Moção n.º 372, de 1993, apresentada pelo deputado Jorge Yanazato, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem realizados os pagamentos dos hospitais credenciados que prestam serviços de saúde, nas datas conveniadas. Parecer n.º 1681, de 1994, da Comissão de Saúde, favorável.
- 3 - Discussão e votação da Moção n.º 383, de 1993, apresentada pelo deputado Osvaldo Steggen, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem sequestrados, pela Justiça, os bens acumulados pelos lesionados do Instituto Nacional de Seguros Sociais - INSS. Parecer n.º 653, de 1994, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda.
- 4 - Discussão e votação da Moção n.º 31, de 1994, apresentada pelo deputado Mauro Braga, apelando para o Congresso Nacional no sentido de serem agilizados os processos de desapropriação de Reforma Agrária no Estado de São Paulo. Parecer n.º 1103, de 1994, da Comissão de Agricultura, favorável.
- 5 - Discussão e votação da Moção n.º 108, de 1994, apresentada pelo deputado Joel Freire, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de proibir a veiculação de propaganda de caráter sexual pornográfico, nos meios de comunicação. Parecer n.º 2064, de 1994, da Comissão de Transportes, favorável.
- 6 - Discussão e votação da Moção n.º 4, de 1995, apresentada pela Comissão de Saúde em seu Parecer n.º 2247, de 1994, apelando para o Sr. Presidente do Congresso Nacional no sentido de ser aprovado o Projeto de Lei n.º 28, de 1993, sobre planejamento familiar.

### 8 de março de 1995 46ª Sessão Ordinária

#### PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

- 1 - VETO-Votação adiada do Projeto de lei n.º 189, de 1991, (Autógrafo n.º 22540) vetado parcialmente, apresentado pelo deputado Roberto Gouveia, extinguindo a Carteira de Previdência dos Vereadores e Prefeitos do Estado. Pareceres n.ºs 1129 e 1130, de 1994, de relatores especiais, respectivamente pelas Comissões de Justiça e de Promoção Social, favoráveis ao projeto.
- 2 - VETO-Votação adiada do Projeto de lei n.º 882, de 1993, (Autógrafo n.º 22581) vetado totalmente, apresentado pelo deputado Sylvio Martini, dando a denominação de "Vereador Luiz de Oliveira" à Rodovia SP-68, que liga os municípios de Arapoi e Bananal, e este ao Distrito de Pouso Seco. Parecer n.º 1426, de 1994, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto.
- 3 - VETO-Discussão e votação do Projeto de lei Complementar n.º 46, de 1992, (Autógrafo n.º 22838) vetado totalmente, apresentado pelo deputado Erasmo Dias, alterando dispositivo do artigo 127 da Lei n.º 10261, de 28/10/60, que dispõe sobre adicional por tempo de serviço. Parecer n.º 77, de 1995, do Congresso das Comissões de Justiça e de Administração Pública, favorável ao projeto.
- 4 - VETO-Discussão e votação do Projeto de lei Complementar n.º 19, de 1994, (Autógrafo n.º 22726) vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre os vencimentos sala-

rios e valor base de remuneração dos servidores que especifica. Parecer n.º 112, de 1995, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto.

5 - VETO-Discussão e votação do Projeto de lei Complementar n.º 32, de 1994, (Autógrafo n.º 22766) vetado totalmente, apresentado pelo Sr. Governador, alterando enquadramento da classe de Agente do Serviço Civil efetuada nos termos da Lei Complementar n.º 712, de 12 de junho de 1993 e da Lei Complementar n.º 718, de 14 de junho de 1993. Parecer n.º 113, de 1995, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto.

6 - VETO-Discussão e votação do Projeto de lei Complementar n.º 40, de 1994, (Autógrafo n.º 22829) vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, alterando a Lei Complementar n.º 540, de 27 de maio de 1988, que institui novo sistema retributivo para as séries de classes de Engenheiro, Arquiteto, Engenheiro Agrônomo e Assistente Agropecuario. Parecer n.º 78, de 1995, do Congresso das Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Finanças, favorável ao projeto.

7 - VETO-Discussão e votação do Projeto de lei Complementar n.º 51, de 1994, (Autógrafo n.º 22796) vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, alterando dispositivo da Lei Complementar n.º 700, de 15 de dezembro de 1992, que institui Plano de Cargos, Vencimentos e Salários para os Servidores das classes que especifica, da Secretaria da Fazenda e das Autarquias. Parecer n.º 114, de 1995, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto.

8 - VETO-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 463, de 1992, (Autógrafo n.º 22851) vetado totalmente, apresentado pela deputada Beatriz Pardi, dispondo sobre a obrigatoriedade do ensino de Educação Artística nas escolas públicas estaduais. Parecer n.º 79, de 1995, do Congresso das Comissões de Justiça e de Educação, favorável ao projeto.

9 - VETO-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 812, de 1992, (Autógrafo n.º 22751) vetado totalmente, apresentado pelo deputado Luiz Carlos da Silva, dispondo sobre a divulgação de planilha de custos da tarifa de transporte coletivo intermunicipal. Parecer n.º 80, de 1995, do Congresso das Comissões de Justiça, de Transportes, de Assuntos Metropolitanos e de Finanças, favorável ao projeto.

10 - VETO-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 66, de 1993, (Autógrafo n.º 22753) vetado totalmente, apresentado pelo deputado Marcelo Gonçalves, criando o Programa Estadual de Educação Especial. Parecer n.º 81, de 1995, do Congresso das Comissões de Justiça, de Educação e de Finanças, favorável ao projeto.

11 - VETO-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 343, de 1993, (Autógrafo n.º 22754) vetado totalmente, apresentado pelo deputado Luiz Azevedo, dispondo sobre a instalação de terminal de computador ligando o Tribunal de Contas à Assembléia Legislativa. Parecer n.º 115, de 1995, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto.

12 - VETO-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 255, de 1993, (Autógrafo n.º 22841) vetado parcialmente, apresentado pelo deputado Jamil Murad, instituindo vedações e obrigações aos matriculados ou beneficiários da política habitacional do Estado de São Paulo. Parecer n.º 82, de 1995, do Congresso das Comissões de Justiça e de Promoção Social, favorável ao projeto.

13 - VETO-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 440, de 1993, (Autógrafo n.º 22855) vetado totalmente, apresentado pelo deputado Nelson Salomé, oficializando o "Hino à Negritude". Parecer n.º 83, de 1995, do Congresso das Comissões de Justiça e de Cultura e Tecnologia, favorável ao projeto.

14 - VETO-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 782, de 1993, (Autógrafo n.º 22863) vetado parcialmente, apresentado pelo deputado João Leiva, dispondo sobre o controle das quantidades de serviços em obras públicas, com o objetivo de impedir superfaturamento. Parecer n.º 119, de 1995, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto.

15 - VETO-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 1047, de 1993, (Autógrafo n.º 22755) vetado totalmente, apresentado pelo deputado José Zico Prado, dispondo sobre a criação do Conselho de Transportes da Região Metropolitana de São Paulo - CTM. Parecer n.º 84, de 1995, do Congresso das Comissões de Justiça, de Transportes e de Assuntos Metropolitanos, favorável ao projeto.

16 - VETO-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 1102, de 1993, (Autógrafo n.º 22830) vetado totalmente, apresentado pelo deputado Elói Píeta, dispondo sobre a obrigatoriedade da publicação trimestral das informações que especifica, pela Secretaria da Segurança Pública. Parecer n.º 116, de 1995, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto.

17 - VETO-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 113, de 1994, (Autógrafo n.º 22843) vetado totalmente, apresentado pelo Sr. Governador, autorizando a Fazenda do Estado a receber em doação, imóvel situado no Município de São Bernardo do Campo, para construção de prédio para abrigar dependências do Ministério Público. Parecer n.º 85, de 1995, do Congresso das Comissões de Justiça e de Obras Públicas, favorável ao projeto.

18 - VETO-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 397, de 1994, (Autógrafo n.º 22862) vetado totalmente, apresentado pelo Sr. Governador, autorizando a Fazenda do Estado a alienar, por doação, ao Município de Sorocaba, imóvel destinado ao assentamento habitacional e reurbanização. Parecer n.º 86, de 1995, do Congresso das Comissões de Justiça e de Obras Públicas, favorável ao projeto.

19 - VETO-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 482, de 1994, (Autógrafo n.º 22825) vetado totalmente, apresentado pelo Sr. Governador, autorizando a Fazenda do Estado a outorgar, ao Município de Guararema, concessão de direito real de uso de seis ilhas situadas ao longo do Rio Paraíba do Sul. Parecer n.º 87, de 1995, do Congresso das Comissões de Justiça e de Obras Públicas, contrário ao projeto.

20 - VETO-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 526, de 1994, (Autógrafo n.º 22802) vetado totalmente, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre prorrogação de prazos da Polícia Militar, nas condições que especifica. Parecer n.º 88, de 1995, do Congresso das Comissões de Justiça, de Segurança Pública e de Finanças, favorável ao projeto.

### 7 de março de 1995 7ª Sessão Extraordinária

#### PROPOSIÇÃO EM REGIME DE URGÊNCIA

- Votação adiada do Projeto de lei n.º 18, de 1995, apresentado pelo deputado Hélio Ansaldo, revogando a Lei n.º 8974, de 24 de novembro de 1994, que autorizou o Poder Executivo a alienar ações de propriedade da Fazenda do Estado, representativas do Capital da Eletropaulo. Parecer n.º 104, de 1995, do Congresso das Comissões de Justiça, de Fazenda e de Finanças, favorável.

#### PROPOSIÇÃO EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

- Discussão e votação, em 1.º turno, do Projeto de resolução n.º 17, de 1995, apresentado pela Mesa, alterando dispositivo do artigo 146 da Resolução n.º 576, de 26 de junho de 1970, que dispõe sobre projetos de resolução.

### 7 de março de 1995 8ª Sessão Extraordinária

#### PROPOSIÇÃO EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

- Discussão e votação, em 2.º turno, do Projeto de resolução n.º 17, de 1995, apresentado pela Mesa, alterando dispositivo do artigo 146 da Resolução n.º 576, de 26 de junho de 1970, que dispõe sobre projetos de resolução.

## PAUTA

### 8 de março de 1995 45ª Sessão Ordinária

#### Em pauta por 5 (cinco) sessões

Para conhecimento, recebimento de emendas e estudos dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 157 e o item 3, parágrafo único do artigo 149 do Regimento Interno.

#### 1ª Sessão

- Projeto de resolução n.º 20, de 1995, apresentado pela Mesa, revogando a Resolução n.º 715, de 28 de fevereiro de 1991, que dispõe sobre os Gabinetes de Lideranças.

#### 2ª Sessão

- Projeto de lei n.º 37, de 1995, apresentado pelo deputado Nelson Salomé, dando a denominação de "Armando Le Voci" ao Centro Social de Araras, naquele Município.

#### 3ª Sessão

- Projeto de resolução n.º 19, de 1995, apresentado pela Mesa, autorizando o Poder Legislativo a contratar seguro de vida em grupo para os seus servidores.

#### 5ª Sessão

1 - Projeto de resolução n.º 18, de 1995, apresentado pela Mesa, alterando a redação do artigo 1.º da Resolução n.º 598, de 21 de novembro de 1975, que dispõe sobre a contratação de seguro contra acidentes pessoais em favor dos Deputados.

2 - Projeto de lei Complementar n.º 8, de 1995, apresentado pelo deputado Jairo Mattos, dispondo sobre a participação dos funcionários na composição dos Conselhos e Diretorias das Entidades Descentralizadas.

3 - Projeto de lei n.º 32, de 1995, apresentado pelo deputado Afanásio Jazadji, dispondo sobre previsão de atividade de geração de renda, pelas escolas públicas estaduais profissionalizantes.

4 - Projeto de lei n.º 33, de 1995, apresentado pelo deputado Jamil Murad, dando a denominação de "Prof.ª Maria Elisa de Oliveira" à Escola Estadual de 1.º e 2.º Graus de São Miguel Arcanjo, naquele Município.

5 - Projeto de lei n.º 34, de 1995, apresentado pelo deputado Hilário de Oliveira, dispondo sobre o registro e fiscalização de estabelecimentos de hospedagem.

6 - Projeto de lei n.º 35, de 1995, apresentado pelo deputado Marcelo Gonçalves, dispondo sobre a criação da "APEM - Associação Paulista de Esclerose Múltipla".

7 - Projeto de lei n.º 36, de 1995, apresentado pelo deputado Israel Zeker, dando a denominação de "Prof.ª Janete Mally Simões" à Escola Estadual de 1.º Grau Conjunto Residencial Jardim Industrial, em São Bernardo do Campo.

8 - Moção n.º 15 de 1995, apresentada pelo deputado Marcelo Gonçalves, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de promover, entre os professores universitários, as técnicas que especifica, objetivando ao desenvolvimento da educação.

9 - Moção n.º 16, de 1995, apresentada pelo deputado Marcelo Gonçalves, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de, em caráter excepcional, conceder total autonomia para o Centro Nacional de Epidemiologia e a Coordenadoria Geral de Dermatologia Sanitária para o combate a hanseníase em todo o País.

10 - Moção n.º 17, de 1995, apresentada pelo deputado Marcelo Gonçalves, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de determinar ao INSS que aceite somente o contrato de trabalho na carteira como comprovação de tempo de serviço, quando da solicitação de aposentadoria por professores.

11 - Moção n.º 18, de 1995, apresentada pelo deputado Marcelo Gonçalves, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser implantado o chamado "fototeste" para avaliação do candidato a Carteira Nacional de Habilitação.

12 - Moção n.º 19, de 1995, apresentada pelo deputado Afanásio Jazadji, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de aumentar o número de postos e de funcionários destinados a expedição de Carteira do Trabalho, na Capital e em todas as cidades do Interior do Estado de São Paulo.

#### Em pauta por 1 (uma) sessão

Para conhecimento, recebimento de emendas e estudos dos Srs. Deputados, de acordo com o item 1, parágrafo único, do artigo 149 do Regimento Interno (Urgência)

- Projeto de resolução n.º 21, de 1995, apresentado pela Mesa, dispondo sobre a criação, no Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa, da Escala de Vencimentos Legislativa, composta de uma única referência - 1.